



UFPEL

NO CENTRO DE UMA OUTRA HISTÓRIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS - CPSI

Concurso Público (Aplicação: 04/12/2016)

Cargo: Assistente Social Classe E-101

LEIA ATENTAMENTE AS SEGUINTE INSTRUÇÕES:

- Verifique, nos espaços devidos do CARTÃO-RESPOSTA, se o número de controle é o mesmo que está ao lado do seu nome na folha de chamada. Caso o número de controle não corresponda ao que está nessa folha, comunique imediatamente ao fiscal de prova. Não se esqueça de assinar seu nome no primeiro retângulo.
- Marque as respostas das questões no CARTÃO-RASCUNHO, a fim de transcrevê-las com caneta esferográfica azul ou preta, de ponta grossa e corpo transparente, posteriormente, no CARTÃO-RESPOSTA.
- Ao transcrever suas respostas para o CARTÃO-RESPOSTA, preencha completamente o alvéolo, como indicado na figura, ●. Nunca assim , pois você corre o risco de ter sua questão anulada.
- Não pergunte nada ao fiscal, pois todas as instruções estão na prova. Lembre-se de que uma leitura competente é requisito essencial para a realização da prova.
- Não rasure, não amasse nem dobre o CARTÃO-RESPOSTA, para que ele não seja rejeitado.

DIFERENÇAS ESTRUTURAIS ENTRE CÉREBRO DE HOMENS E MULHERES PODE SER MITO, SUGERE ESTUDO COM NEUROIMAGENS

1 “O cérebro masculino é mais racional; o feminino, mais emotivo.” Quem já não ouviu esse senso comum? E, além
2 disso, há quem diga que homens são biologicamente mais propensos a seguir carreira na área das exatas e, as mulheres, no
3 campo das humanas. Um estudo feito na Universidade de Tel-Aviv, no entanto, sugere que essas percepções são superficiais
4 e, muito possivelmente, carregadas de vieses culturais. Com base no estudo de imagens do cérebro de mais de 1.400
5 pessoas, os cientistas descobriram que cérebros de homens e de mulheres compartilham uma miscelânea de formas, que
6 pareceriam variar mais de indivíduo para indivíduo do que de sexo para sexo.

7 Os neurocientistas encontraram algumas poucas diferenças estruturais. O hipocampo esquerdo – área associada
8 com a memória – costumava ser maior em homens, por exemplo. No entanto, houve uma quantidade significativa de
9 cérebros femininos em que essa região era do tamanho típico de um cérebro masculino. Por outro lado, em diversos
10 cérebros masculinos o hipocampo esquerdo era menor do que a média dos femininos.

11 Mas então por que homens e mulheres agem de forma tão diferente? Há base neurobiológica para isso? Segundo a
12 chefe de pesquisa, Daphna Joel, isso parece ser um mito. Sua equipe analisou dados sobre comportamentos estereotipados
13 de cada gênero, como jogar videogame e fazer artesanato. Os resultados também foram muito variados: apenas 0,1% dos
14 indivíduos tinha apenas comportamentos considerados femininos ou apenas comportamentos considerados masculinos.
15 Joel acredita que os resultados, publicados no *Proceedings of the National Academy of Sciences*, são um primeiro passo para
16 revolucionar a forma como o cérebro é compreendido pela comunidade científica e as percepções sobre gênero.

1

De acordo com o texto, é correto afirmar que:

- I) a região cerebral do hipocampo é sempre maior em homens;
- II) comportamentos masculinos e femininos apresentam inúmeras diferenças;
- III) a ciência está desmitificando a ideia comumente aceita de que os homens são mais racionais que as mulheres;
- IV) o hipocampo, região do cérebro de muitos indivíduos do sexo feminino envolvidos na pesquisa, tinha as mesmas dimensões do que é convencionalmente para essa região em cérebros masculinos.

Está(ão) correta(s),

- (a) III e IV, apenas.
- (b) I e IV, apenas.
- (c) II e III, apenas.
- (d) III, apenas.
- (e) IV, apenas.

2

Na primeira linha do texto há uma passagem entre aspas e nas linhas 7 e 8 há outra passagem que aparece entre travessões. Essas duas ocorrências de pontuação, neste texto, devem ser interpretadas como

- (a) citação e destaque.
- (b) citação e explicação.
- (c) destaque e correção.
- (d) destaque e explicação.
- (e) explicação e correção.

3

Se no período “Um estudo feito na Universidade de Tel-Aviv, no entanto, sugere que essas percepções são superficiais e, muito possivelmente, carregadas de vieses culturais” (excerto do primeiro parágrafo) substituíssemos **Um estudo** por **Estudos**, quantas outras palavras teriam que sofrer alteração para que o período conservasse a correção gramatical?

- (a) Duas.
- (b) Quatro.
- (c) Uma.
- (d) Três.
- (e) Nenhuma.

4

A passagem destacada na oração a seguir “E, além disso, há quem diga que homens são biologicamente mais propensos a seguir carreira na área das exatas e, as mulheres, no campo das humanas” (linhas 1 a 3) foi substituída por uma vírgula na oração coordenada que a sucede. **Essa estratégia de construção textual autorizada pelas regras discursivo-gramaticais chama-se**

- (a) substituição.
- (b) elipse.
- (c) omissão.
- (d) estilo.
- (e) redundância.

5

As expressões “além disso” (linhas 1 e 2), “no entanto” (linha 8) e “mais... do que” (linha 6) têm, respectivamente, o sentido de

- (a) adição, negação e comparação.
- (b) adição, oposição e comparação.
- (c) substituição, negação e comparação.
- (d) alternativa, consequência e adição.
- (e) alternativa, oposição e comparação.

6

As palavras “tão” (linha 11), “também”, “muito” (linha 13) e “apenas” (linha 14) são, respectivamente

- (a) advérbio de comparação, advérbio de inclusão, adjetivo e advérbio de exclusão.
- (b) verbo, advérbio de adição, advérbio de intensidade e advérbio de exclusão.
- (c) advérbio de intensidade, advérbio de inclusão, advérbio de intensidade e advérbio de exclusão.
- (d) advérbio de intensidade, advérbio de inclusão, advérbio de intensidade e advérbio de modo.
- (e) preposição, advérbio de intensidade, advérbio de intensidade e advérbio de exclusão.

7

A análise da estrutura sintática da passagem “Com base no estudo de imagens do cérebro de mais de 1.400 pessoas, os cientistas descobriram **que** cérebros de homens e de mulheres compartilham uma miscelânea de formas, **que** pareceriam variar mais de indivíduo para indivíduo do que de sexo para sexo” (linhas 4 a 6) nos permite afirmar que as palavras “que” destacadas em negrito são, respectivamente,

- (a) conjunção integrante e conjunção integrante.
- (b) pronome relativo e conjunção integrante.
- (c) pronome relativo e pronome relativo.
- (d) conjunção integrante e pronome relativo.
- (e) pronome interrogativo e conjunção integrante.

8

Na expressão “miscelânea de formas” (linha 5), classifica-se ‘de formas’ em relação à ‘miscelânea’ como

- (a) adjunto adnominal.
- (b) adjetivo.
- (c) adjunto circunstancial.
- (d) determinante.
- (e) complemento nominal.

09

Marilda lamamoto em sua obra “O Serviço Social na Contemporaneidade” (1998), permanece muito atual quando observa que “um perfil profissional propositivo” do assistente social requer um profissional

- (a) que também seja um pesquisador, que invista em sua formação intelectual e cultural e no acompanhamento histórico-conjuntural dos processos sociais para deles extrair potenciais propostas de trabalho.
- (b) messiânico despojado de preconceitos classistas, que invista em relações de horizontalidade, priorizando a participação dos usuários na elaboração de políticas sociais.
- (c) despojado de conceitos fatalistas, mais engajado em segmentos acadêmicos que priorizam a elaboração de planos, programas e projetos voltados à dimensão pública dos interesses populacionais vulneráveis.
- (d) com competência crítica, inserido em todos os segmentos da sociedade, inclusive em militância político-partidária, pois esta também é uma alternativa de participar nas esferas de poder para defender os interesses das classes subalternas.
- (e) mais instrumentalizado para colocar em ação metodologias mais específicas e condizentes com a conjuntura histórica fortalecendo, assim, a conquista de direitos sociais.

10

Ao abordar “os rumos ético-políticos do trabalho profissional”, lamamoto (1998), reforça sua preocupação com a qualidade dos serviços prestados pelo assistente social com o respeito aos usuários. **Para a autora, respeitar o usuário significa investir na**

- (a) melhoria dos programas sociais, na rede de abrangência de serviços privados, oportunizando um maior leque de atendimento aos usuários, reféns das condições precárias dos serviços públicos.
- (b) rede de sistemas de informação, oportunizando aos usuários um maior leque de alternativas de atendimento, seja ele público ou privado.
- (c) melhoria de espaços de participação pública e coletiva para traduzir e atender as reais demandas da população usuária.
- (d) melhoria dos programas institucionais, na rede de abrangência dos serviços públicos, reagindo

contra a imposição de crivos de seletividade no acesso aos atendimentos.

- (e) melhoria de espaços coletivos e mistos, onde o saber popular e o conhecimento intelectual possam, de modo articulado, encontrar alternativas concretas tanto em âmbitos públicos como em âmbitos privados.

II

O relatório social, de acordo com as diretrizes do CFESS, é um documento específico, elaborado por assistente social e que tem como característica singular a apresentação

- (a) escrita que constitui um elemento de “prova”, com a finalidade de dar suporte a uma decisão judicial, a partir de uma determinada área de conhecimento, no caso, o Serviço Social.
- (b) descritiva e interpretativa de uma situação ou expressão da questão social, enquanto objeto da intervenção desse profissional, no seu cotidiano laborativo, contendo um breve histórico, desenvolvimento e análise da situação.
- (c) escrita que constitui a parte final ou conclusão de um laudo, bem como uma resposta a consulta ou a determinação da autoridade judiciária a respeito de alguma questão constante em processo já acompanhado pelo profissional do Serviço Social.
- (d) de um parecer técnico ou científico, realizado após vistoria, exame ou conferência de uma situação solicitada por outro profissional que depende desta elaboração para uma tomada de decisão.
- (e) da tabulação de dados classificada em forma de categorias, após a realização de uma pesquisa qualitativa, servindo de subsídio para a análise conclusiva.

Vicente de Paula Faleiros em sua obra “Saber Profissional e Poder Institucional”, afirma que há uma profunda diferença teórica e prática entre superação e resolução de problemas. Qual das alternativas abaixo está correta?

- (a) A superação é um mecanismo preestabelecido, predeterminado pelas instituições para, justamente, pôr fim ao processo, ao movimento. A resolução implica um movimento de forças específicas e gerais que vai condicionar a modificação dos efeitos das relações sobre uma determinada questão em jogo.
- (b) Na metodologia da articulação, a superação do problema é apenas um ponto de partida para a relação do particular para o geral, ao passo que a resolução do problema é a superação das relações de força.
- (c) A diferença entre superação e resolução do problema está condicionada à capacidade do saber profissional para a elaboração tática de estratégias de enfrentamento do poder institucional.
- (d) A superação implica um movimento de forças específicas e gerais que vai condicionar a modificação dos efeitos das relações sobre uma determinada questão em jogo. A resolução é um mecanismo preestabelecido, predeterminado pelas instituições para, justamente, pôr fim ao processo, ao movimento.
- (e) A dicotomização entre superação e resolução do problema é um processo de mediações complexas que exige, antes de qualquer ação transformadora, uma tomada de consciência das relações de força existentes entre a estrutura e a superestrutura.

Vera Nogueira e Célia Mito, em seu escrito “SUS e as exigências para os Assistentes Sociais”, observam que o atendimento das necessidades de saúde, promovido pelo Serviço Social, requer

- (a) a criação de residências multiprofissionais fora do âmbito exclusivo das universidades, aproveitando os espaços existentes como postos de saúde municipais, pronto-atendimentos e ambientes de maior complexidade como espaços hospitalares.
- (b) a manutenção de um estreito vínculo com a conjuntura internacional de capitalismo de mercado onde a indústria farmacêutica domina interesses econômicos e políticos, devendo a categoria profissional trabalhar no âmbito da

Educação em Saúde para romper com esse paradigma dominante, direcionando os usuários da área de saúde para espaços cada vez mais alternativos de prevenção de situações de vulnerabilidade.

- (c) a priorização dos Conselhos Municipais de Saúde para empoderar cada vez mais as categorias de base que são os verdadeiros tradutores e interlocutores da população no que diz respeito às reais e prioritárias necessidades de saúde.
- (d) incentivo a um salto qualitativo nas condições de vida, que não é automático e nem garantido ao longo dos anos, mas depende da interlocução de um conjunto de fatores, dentre os quais a educação para a saúde associada à integralidade. Trata-se de dar destaque à articulação de equipes profissionais e dos serviços que favoreça a consciência do direito à saúde, rompendo com o modelo biológico do processo saúde/doença.
- (e) a priorização do atendimento primário e, ao mesmo tempo, criar uma interlocução direta com a esfera gestora de saúde do setor terciário para impedir demoras na prevenção a fim de evitar culminar na necessidade de tratamentos mais urgentes e curativos, criando assim uma estratégia de resolutibilidade quando houver necessidade de atendimento mais complexo.

O que fazer se o entrevistado não fala ou não quer continuar a falar em uma entrevista de ajuda? **Neste caso, segundo Alfred Benjamin (1998), é preferível que**

- (a) mudemos o andamento da entrevista cuidando as palavras empregadas que possam causar algum constrangimento. Falhas de comunicação são correntes e o entrevistador deve estar atento a este aspecto.
- (b) o entrevistador insista sutilmente sobre a provável causa do constrangimento sob pena do entrevistado perder a oportunidade de ser devidamente encaminhado.
- (c) deixe o entrevistado livre para escolher o rumo da entrevista, afinal, o principal interessado é ele próprio. O entrevistador não pode provocar qualquer constrangimento.
- (d) o entrevistado seja encaminhado para outro entrevistador. Sem perceber e, sem intenção, o entrevistador pode causar algum constrangimento que venha provocar uma situação de falha de comunicação durante a entrevista.
- (e) indiquemos aceitar e entender sua relutância, e então deixar de forçá-lo ainda mais. Quando estiver pronto, ou motivado, retornará e falará.

Ivo Tonet em seu artigo “Interdisciplinaridade, formação humana e emancipação humana” (2013), defende que a interdisciplinaridade é

- (a) uma alternativa frente à fragmentação do saber.
- (b) o todo equacionando as partes e superando uma visão de mundo isolada.
- (c) uma visão de totalidade, possibilitando uma ação social conjunta e não isolada.
- (d) a interação de diversas disciplinas possibilitando o enfrentamento da realidade complexa.
- (e) um modo de pensar equivocado para um problema mal equacionado.

Qual das alternativas abaixo estabelece as fases da análise qualitativa de pesquisa conforme Regina Marsiglia (2006)?

- (a) Elaboração e preparação do material; Definição das categorias de análise; Apresentação do perfil social dos entrevistados; Análise de conteúdo.
- (b) Definição das categorias de análise; Apresentação e Confrontação com o referencial teórico; Análise de Conteúdo; Sugestões para Intervenção Social.
- (c) Delimitação do problema; Hipóteses; Referencial Teórico; Objetivos Geral e Específico; Metodologia; Critérios de Amostragem; Técnicas e Instrumentos; Cronograma.
- (d) Descrição da Metodologia utilizada; Referencial Teórico; Critérios de Amostragem; Tabulação de Dados; Formação de Categorias; Análise de Conteúdo.
- (e) Apresentação do perfil dos entrevistados; Definição de Categorias de análise; Confrontação do referencial teórico com as hipóteses e os objetivos; Análise de Conteúdo.

Sílvia Losasco, na obra *Família, Redes, Laços e Políticas Públicas* (2008), observa que a Família recebe o impacto das transformações advindas do contexto socioeconômico. **Sendo assim, ela concebe a família atual**

- (a) baseada em relações de afeto recíproco onde o cuidado com os membros seja o objetivo comum.

- (b) ainda baseada em relações de consanguinidade mesmo que fragmentadas, ou seja, famílias monoparentais, avós com guarda de netos, tios com tutela de sobrinhos.
- (c) composta por membros interdependentes que ainda buscam o modelo de uma família tradicional composta por casal (heterossexual ou homossexual) e filhos (naturais ou adotivos).
- (d) estruturada a partir de condições sócio-históricas existentes em que o sustento de seus membros é o eixo comum que determina sua configuração.
- (e) baseada mais no afeto do que nas relações de consanguinidade, parentesco ou casamento. É uma constelação de pessoas interdependentes girando em torno de um eixo comum.

A Lei Nº 11.340 de 07 de agosto de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, em seu Capítulo II, Art. 7º lista as formas de violência doméstica e familiar contra a mulher. Quais são elas?

- (a) Violência física, violência sexual, violência psicológica, violência de assédio moral, violência contra meninas menores de idade.
- (b) Violência física, violência sexual, violência psicológica, violência moral.
- (c) Violência física, violência psíquica, violência sexual, violência racial.
- (d) Violência física, violência psíquica, violência sexual, violência social, violência étnico-racial.
- (e) Violência física, violência psicológica, violência sexual, violência patrimonial, violência moral.

A função do avaliador no “Empowerment Evaluation” é

- (a) desempenhar o papel de formador e facilitador na condução da auto-avaliação ou da avaliação partilhada.
- (b) dirigir o processo de avaliação a partir das demandas dos usuários da organização.
- (c) dirigir o processo de avaliação focando os conflitos diagnosticados na organização.
- (d) conduzir o processo de avaliação a partir de diagnósticos levantados previamente pelos dirigentes da organização.
- (e) desempenhar o papel de mediador entre os agentes da organização na elaboração de planos de ação após o diagnóstico de clima institucional.

De acordo com Aguilar e Ander-Egg, o diagnóstico no momento do processo de intervenção social consiste na

- (a) consecução de objetivos operacionais e conquista de resultados.
- (b) identificação de problemas e necessidades.
- (c) determinação do tipo e qualificação pessoal.
- (d) sistematização da informação, natureza e magnitude do problema; avaliação de necessidades, fatores relevantes, prognose e análise de viabilidade política.
- (e) rentabilidade econômica de atividades realizadas.

O Estatuto da Igualdade Racial através da Lei Nº 12.288, de 20 de julho de 2010, em seu Art. 1º, Parágrafo Único, considera ações afirmativas,

- (a) o conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pelo IBGE, ou que adotam autodefinição análoga.
- (b) a participação da população negra, em condição de igualdade de oportunidade, na vida econômica, social, política e cultural do país.
- (c) os programas e medidas especiais adotadas pelo Estado e pela iniciativa privada para a correção das desigualdades raciais e para a promoção da igualdade de oportunidades.
- (d) medidas para combater a assimetria existente no âmbito da sociedade que acentua a distância social entre mulheres negras e os demais segmentos sociais.
- (e) as ações, iniciativas e programas adotados pelo Estado no cumprimento de suas atribuições institucionais no combate à discriminação de gênero e de raça.

Carlos Montaña, em sua obra intitulada “A natureza do Serviço Social” (2011), aborda a especificidade do Serviço Social, como sendo

- (a) antes, um compromisso político e ético-profissional do que uma opção corporativa. Isto significa estar com a transformação da realidade, com a mudança da sociedade, com a qualidade de vida dos sujeitos e, concretamente, com a resposta às demandas.

- (b) um recorte específico da realidade com uma resposta direta a uma demanda específica imposta pela conjuntura histórica, da qual somente o Serviço Social tem conhecimento e competência para atender.
- (c) um espaço ocupacional que não deve ser invadido por medidas impostas nem amadoras. Isto significa ressignificar a atribuição do saber-fazer do assistente social, de acordo com os desafios conjunturais.
- (d) uma postura corporativa sujeita a críticas e que deve ser superada desde que passe a ocupar espaços menos tradicionais, atendendo demandas emergentes e criando novas metodologias no agir profissional, e, conseqüentemente, novos mercados de trabalho para o Serviço Social.
- (e) uma postura não corporativa e sim agregadora e inovadora, comprometida com a realidade social, estreitamente vinculada com a atuação do intelectual orgânico.

Potyara Pereira (2008), ao se referir às tendências e perspectivas da política social, reflete:

- (a) Hoje quando se fala de universalismo está se falando em utopia. A tendência é promover, cada vez mais políticas de governo e não de Estado, focalizadas e não universais.
- (b) Hoje quando se fala de segmentação, nos referimos à tendência das políticas sociais brasileiras. É necessário implantar uma contracorrente para reestruturar seus objetivos e conteúdos básicos, bem como as suas formas de gestão.
- (c) O enfoque das políticas sociais ainda é de tendência focalizada para atender demandas mínimas de uma determinada parcela da população universal.
- (d) A universalização das políticas sociais versus focalização das políticas sociais é o conflito contemporâneo que substitui o conflito de classes da era moderna, traduzindo a dialética dos tempos atuais.
- (e) Hoje quando se fala de universalismo está se falando de universalismo contido ou segmentado, voltado para grupos determinados e não para o conjunto da população, caracterizado com uma extensa cobertura de programas compensatórios ou de alívio da pobreza.

José Paulo Netto, em seu livro *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*, nos apresenta a transição do capitalismo concorrencial à idade do monopólio e de como o Serviço Social, enquanto profissão se insere nesse contexto. **Considere as afirmativas a seguir:**

- I) É somente na ordem societária comandada pelo monopólio que se gestam as condições histórico-sociais para que, na divisão social (e técnica) do trabalho, constitua-se um espaço em que se possam mover práticas profissionais como as do assistente social.
- II) A profissionalização do Serviço Social se relaciona decisivamente à “evolução da ajuda”, à “racionalização da filantropia” e à “organização da caridade”.
- III) Dentro da dinâmica da ordem monopólica a atividade dos agentes do Serviço Social pode receber, pública e socialmente, um caráter profissional: a legitimação (com uma simultânea gratificação monetária) pelo desempenho de papéis, atribuições e funções a partir da ocupação de um espaço na divisão social (e técnica) do trabalho na sociedade burguesa consolidada e madura.
- IV) A emergência profissional do Serviço Social é, em termos histórico-universais, uma variável do caráter assistencialista e paternalista que antecede a idade dos monopólios. É a caridade que cria e funda a profissionalidade do Serviço Social.

Está(ão) corretas,

- (a) I apenas.
- (b) I e III apenas.
- (c) II apenas.
- (d) I e IV, apenas.
- (e) II e IV, apenas.

No artigo “A sociedade Civil depois do dilúvio Neoliberal”, Atílio Borón (2007), traz, entre outros aspectos, o advento da democracia com o fim dos regimes militares que assolaram países da América Latina nas décadas de 60, 70 e 80. **Baseado nisso é CORRETO afirmar que**

- (a) a democratização dos regimes políticos latino-americanos se deu de forma incompleta e relativamente precária, pois não se originou de

uma única revolução burguesa. Sua preocupação foi consolidar o funcionamento do modo de produção capitalista e não instaurar um regime democrático estável.

- (b) com a democratização dos regimes políticos latino-americanos houve um fortalecimento do Estado que, assumindo a soberania nacional passou a regular os interesses do capitalismo neoliberal.
- (c) na democracia, pós-regimes militares, o Estado reforçou de maneira considerável seu predomínio social, reduzindo drasticamente o controle privado dos recursos nacionais e facilitando a atuação dos órgãos públicos.
- (d) nossas democracias são concebíveis à margem de uma análise sobre a estrutura e a dinâmica do capitalismo latino-americano e, mais detalhadamente, sobre a natureza dos processos de ajuste estrutural e refundação capitalista atualmente em curso em nossa região.
- (e) com surgimento da democracia na América Latina houve, por parte do Estado democrático, a preocupação com as questões mais ligadas ao funcionamento dos nossos capitalismos e da estrutura de classes – como a extrema pobreza e a marginalidade social.

Em observância com a Lei 8.662, de 7 de Junho de 1993 que regulamenta a profissão de Assistente Social, em seu artigo 4º, constituem competências do Assistente Social:

- I) elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil.
- II) coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social.
- III) realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social.
- IV) orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos.

Está(ão) correta(s),

- (a) I, apenas.
- (b) II, apenas.
- (c) I e IV, apenas.
- (d) II e III, apenas.
- (e) todas as alternativas estão corretas.

Sobre a Lei 12.711, de 29 de Agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas Universidades Federais pelo sistema de cotas sociais, é CORRETO afirmar que

- (a) as instituições de que trata o art. 1º desta Lei deverão implementar, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) da reserva de vagas prevista nesta Lei, a cada ano, e terão o prazo máximo de 5 (cinco) anos, a partir da data de sua publicação, para o cumprimento integral do disposto nesta Lei.
- (b) as instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, até 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.
- (c) em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no máximo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
- (d) no preenchimento das vagas de que trata o caput do Art. 1º desta Lei, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita.
- (e) Todas as respostas anteriores estão corretas.

De acordo com o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais, no Capítulo I, artigo 5º, das relações com os/as usuários/as, é dever desse profissional:

- (a) democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos/as usuários/as.
- (b) exercer sua autoridade de maneira a limitar ou cercear o direito do/a usuário/a de participar e decidir livremente sobre seus interesses.
- (c) ter acesso a informações institucionais que se relacionem aos programas e políticas sociais e sejam necessárias ao pleno exercício das atribuições profissionais.

- (d) denunciar falhas nos regulamentos, normas e programas da instituição em que trabalha, quando os mesmos estiverem ferindo os princípios e diretrizes deste Código, mobilizando, inclusive, o Conselho Regional, caso se faça necessário.
- (e) apoiar e/ou participar dos movimentos sociais e organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania.

De acordo com a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS – Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993, a assistência social rege-se por quais princípios?

- (a) Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.
- (b) A habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária.
- (c) Primazia de responsabilidade do Estado na condução de política de assistência social em cada esfera de governo.
- (d) Consolidar a gestão compartilhada, o cofinanciamento e a cooperação técnica entre os entes federativos que, de modo articulado, operam a proteção social não contributiva.
- (e) Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade.

A Lei nº 12.852, de 05 de Agosto de 2013, que institui o Estatuto da Juventude, em seu art. 4º preconiza que o jovem tem direito à participação social e política e na formulação, execução e avaliação das políticas públicas de juventude.

Baseado na Lei, o que se entende por participação juvenil?

- (a) O incentivo à criação de conselhos de juventude em todos os entes da federação.
- (b) A participação individual do jovem em ações que contemplem a defesa dos direitos da juventude, ou de temas que afetam aos jovens.
- (c) Garantir meios e equipamentos que promovam o acesso à produção cultural, à prática esportiva, à mobilidade territorial e à fruição do tempo livre.
- (d) A efetiva inclusão dos jovens nos espaços públicos de decisão com direito a voz e voto.
- (e) Promoção da autonomia e emancipação dos jovens.

A Lei nº 7.853 de 24 de Outubro de 1989, que trata das Pessoas Portadoras de Deficiência, diz que os órgãos e entidade da administração direta e indireta devem dispensar tratamento prioritário e adequado, tendente a viabilizar na área de recursos humanos a/o:

- (a) adoção de legislação específica que discipline a reserva de mercado de trabalho, em favor das pessoas portadoras de deficiência, nas entidades da Administração Pública e do setor privado, e que regulamente a organização de oficinas e congêneres integradas ao mercado de trabalho e a situação nelas, das pessoas portadoras de deficiência.
- (b) formação de professores de nível superior para a Educação Especial, de técnicos de nível médio especializados na habilitação e reabilitação e de instrutores para a formação profissional.
- (c) oferta, obrigatória e gratuita, da Educação Especial em estabelecimento público de ensino.
- (d) formação e qualificação de recursos humanos que, nas diversas áreas de conhecimento, inclusive de nível superior, atendam à demanda e às necessidades reais das pessoas portadoras de deficiência.

- (e) incentivo à pesquisa em apenas àquelas áreas do conhecimento relacionadas com a pessoa portadora de deficiência.

No Capítulo II do Estatuto do Idoso, Lei nº 10.741, de 1º de Outubro de 2003, o direito à liberdade compreende, entre outros, os seguintes aspectos:

- I) opinião e expressão.
- II) participação na vida política, mantido o limite de 70 anos de idade.
- III) obrigação de buscar refúgio, auxílio e orientação.
- IV) participação na vida familiar e comunitária.
- V) prática de esportes e diversões.

Estão corretas,

- (a) I, II e IV, apenas.
- (b) I, II, III, IV e V.
- (c) I, II e III, apenas.
- (d) III, IV e V, apenas.
- (e) I, IV e V, apenas.

Vini Rabassa da Silva (2007), em seu artigo “Controle de Políticas Públicas – uma reflexão sobre os resultados da pesquisa” na obra *Controle de Políticas públicas – caminhos, descobertas e desafios*, aborda o controle social através dos Conselhos Municipais como

- (a) ação reguladora do Estado como representante exclusivo dos interesses da classe dominante, que, por isso, age sempre em sua defesa, restando tudo aquilo que possa contrariar esses interesses.
- (b) ação reguladora somente do controle de orçamento do Estado capitalista, resultante da participação popular nas instâncias estatais e/ou ações governamentais onde as políticas sociais constituem um campo contraditório dentro daquele espaço.
- (c) ação reguladora do Estado sobre a sociedade onde este atende ao mesmo tempo interesses de setores populares e satisfaz a necessidade de legitimação do sistema dominante.
- (d) ação reguladora, transversal a toda a política, resultante da participação popular nas instâncias estatais e/ou ações governamentais, visando assegurar que as políticas públicas sejam planejadas de modo que responda às necessidades sociais e seus programas sejam cumpridos conforme o que foi pactuado.
- (e) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

34

O Artigo 194 da Constituição Federal trata da seguridade social e, em seu parágrafo único, informa que é competência do poder público organizá-la com base em alguns objetivos. **Quais são eles?**

- (a) Seletividade da cobertura e do atendimento.
- (b) Caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.
- (c) Uniformidade e equivalência na prestação de benefícios e serviços.
- (d) Seletividade e distributividade dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
- (e) Redutibilidade no valor dos benefícios, podendo ser ampliado de acordo com a demanda.

A Lei 8.112, de 11 de Dezembro de 1990, que regulamenta o Regime Jurídico dos Servidores Públicos, em seu Artigo 116 trata dos deveres do servidor. **Dentre eles, estão:**

- (a) guardar sigilo sobre assunto da repartição, exceto quando tratado com pessoa de sua confiança.
- (b) opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço.
- (c) levar as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo ao conhecimento da autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, ao conhecimento de outra autoridade competente para apuração.
- (d) atuar, como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas;
- (e) promover manifestação de apreço ou desapeço no recinto da repartição.

36

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), regulamentada pela Lei n. 9.394 de 20 de Dezembro de 1996, o ensino será ministrado nos seguintes princípios:

- I) igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.
- II) pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.
- III) gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino.
- IV) consideração com a diversidade étnico-racial.
- V) zelar pela aprendizagem dos alunos.

Está(ão) correta(s),

- (a) I, apenas.
- (b) IV e V, apenas.
- (c) I, II, III e IV, apenas.
- (d) II, III, IV e V, apenas.
- (e) Todas as alternativas estão corretas.

O autor William César Castilho Pereira (2001) nos diz que não há uma concepção única acerca do trabalho comunitário e, por consequência, não há consenso sobre seus conteúdos, alcances e finalidades e evidentemente sobre as estratégias metodológicas para sua realização. **Baseado nisso ele nos diz que a metodologia do trabalho comunitário e social pode colocar-se, quanto às práticas políticas, pelo menos em três posições, quais sejam:**

- (a) marco teórico-ideológico-político conservador, reformista-desenvolvimentista e revolucionário-socialista.
- (b) marco teórico-ideológico-político positivista, reformista-desenvolvimentista e marxista-revolucionário.
- (c) marco teórico-ideológico-político conservador, reformista-autogestionário e revolucionário-socialista.
- (d) marco teórico-ideológico-político funcionalista, reformista-desenvolvimentista e revolucionário-socialista.
- (e) marco teórico-ideológico-político neoliberal, funcionalista-desenvolvimentista e revolucionário-libertário.

Quando Behring e Boschetti (2008) abordam o projeto ético-político do Serviço Social e sua relação com política social, elas mencionam as concepções de direito e de cidadania que compõem aquele projeto ético-político. **A concepção de cidadania pressupõe instituir direitos que se pautem por quais princípios?**

- (a) Universalização do acesso aos direitos; qualificação legal e legitimação das políticas sociais como direito; orçamento redistributivo, onerando o capital e desonerando o trabalhador; estruturação radicalmente democrática, descentralizada e participativa.
- (b) Universalização dos direitos básicos; qualificação legal e legitimação das políticas públicas com viés no acesso; orçamento redistributivo, sem prejuízos para o trabalhador e também para o dono dos meios de produção; estruturação democrática, centralizada no subalterno e com orçamento participativo.
- (c) Universalização dos direitos sociais; legitimação das políticas sociais; orçamento contributivo

onerando o capital; democratização dos meios de produção.

- (d) Universalização do acesso aos direitos trabalhistas; legitimação das políticas sociais comprometendo o Estado como garantidor da democracia; direitos trabalhistas redistributivos onerando o capital e desonerando o trabalhador; socialização da participação política através de sindicatos de trabalhadores.
- (e) Universalização do acesso aos direitos sociais como via para a equidade e justiça social; qualificação legal das políticas sociais como dever de todo cidadão; orçamento redistributivo, com ênfase na contribuição sindical; estruturação democrática e participativa, de modo a socializar a participação política.

Maria Carmelita Yazbeck (2006) no livro *Classes Subalternas e assistência social* fala que as políticas sociais implementadas nas últimas décadas sequer têm contribuído para amenizar as condições de pobreza da população brasileira e aponta alguns limites que são responsáveis pelos resultados insatisfatórios da política social brasileira, tais como, limites

- (a) com origem pontual na falta de comprometimento ético do Estado e na má gestão dos recursos públicos, ao lado do padrão neoliberal de intervenção estatal de baixa eficiência.
- (b) de ordem governamental prestando-se mais ao clientelismo utilitário e à absorção de tensões partidárias, ao lado de um padrão funcionalista com intervenção no campo econômico caracterizado pela ineficácia.
- (c) de ordem funcionalista com a falta de possibilidades dentro do campo econômico, ao lado de um padrão de intervenção neoliberal que sugere a participação do Estado no sentido de conter os ataques dos movimentos sociais.
- (d) de ordem estrutural como a falta de emprego e a má distribuição de renda, ao lado de um padrão de intervenção no campo social caracterizado pela baixa efetividade.
- (e) de ordem governamental como a criação de políticas de geração e redistribuição de renda, ao lado de um padrão intervencionista que contemple ambos os lados: trabalhadores e donos dos meios de produção.

No livro Curso de Direito do Serviço Social, Carlos Simões (2007) divide o serviço público em serviços essenciais e de utilidade pública. **A respeito dos serviços essenciais é correto afirmar que os serviços públicos são**

- (a) uma atribuição do Estado e, os serviços públicos essenciais, são considerados privativos do Poder Público e são atividades coletivas consideradas vitais para a sociedade para assegurar a estabilidade social e do próprio Estado.
- (b) uma atribuição do Estado e, os serviços públicos essenciais, são considerados privativos do Poder Público e da sociedade civil organizada, são atividades coletivas de conveniência, sem visar usuários certos, visando atender indiscriminadamente à população para assegurar a estabilidade econômica e do Poder Público.
- (c) uma atribuição do Estado e, os serviços públicos essenciais, são considerados privativos do Poder Público em parceria com empresas prestadoras de serviço, são serviços administrativos, para atender a necessidades internas, ou preparar outros serviços prestados ao público, visando atender usuários certos e determinados para assegurar a estabilidade social, econômica e política do Estado.
- (d) uma atribuição do Estado e, os serviços públicos essenciais, são considerados privativos do governo, são atividades individuais, reconhecidos pela administração pública, prestando-os direta ou indiretamente, por meio de terceiros, nas condições regulamentadas e sob seu controle.
- (e) uma atribuição do Estado e, os serviços públicos essenciais, também denominados impróprios, são considerados privativos do Poder Público, são obrigatórios e não podem ser suprimidos, visto interessarem à coletividade propiciando maior eficácia social.